



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

PROCESSO N° 42/2024
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 02/2024
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133/2021, bem como os Decretos Municipais que regulamentam a Lei 14.133/21 no âmbito do Poder Legislativo.

OBJETO: Obras e serviços de engenharia para Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira.

DIA/HORÁRIOS:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 12/08/2024 – a partir das 9:00 horas

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 02/09/2024 – Até as 9:00 horas

ABERTURA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 02/09/2024 – 9:00 horas

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.carmodacachoeira.mg.gov.br ou <https://www.camaradecachoeira.mg.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

PROCESSO N° 42/2024
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N° 02/2024

1. PREÂMBULO

1.1 - O Presidente da Câmara Municipal do Município de Carmo da Cachoeira – MG, *Sr. Luiz Henrique Reis Galvão*, torna público o procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL - DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CÂMARA**. A presente licitação será processada na conformidade do disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, pela Portaria 01/2024 (Regulamenta Lei 14.133/21), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e outras legislações aplicáveis e pelas condições contidas no ato convocatório e aquelas que compõem seus anexos, a se realizar na data, horário e local já indicados anteriormente.

1.2 – A Concorrência Presencial será realizada em sessão pública, por meio PRESENCIAL, sendo integralmente gravada em mídia eletrônica em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela equipe de apoio e agente de contratação.

2. DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a reforma do Prédio da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira.

2.2 - Integram este edital a minuta de contrato, a planilha de preços, projetos, cronograma físico-financeiro, BDI, memória de cálculo e memorial descritivo.

2.3 – DA VISTORIA PRÉVIA

2.3.1 – *A vistoria prévia será facultativa.*

2.3.2 – O licitante que optar pela vistoria prévia, deverá agendar na Secretaria da Câmara Municipal, até o terceiro dia útil anterior a data da realização do certame, no telefone (35) 3225-1394 ou pelo e-mail camaracarmo2@gmail.com.

2.3.2 – *O licitante apresentará junto com a documentação a declaração formal de conhecimento ou de vistoria prévia, modelo anexo.*

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira:

0101.00.4490.51.00.01.031.0001-3.19 Reduzido: 9

4. DOS PRAZOS DE CONTRATUAIS E EXECUÇÃO

4.1 – O licitante vencedor terá o prazo de 05 dias úteis para a assinatura do contrato após convocação e 05 dias úteis para o início das obras, contados após a emissão da ordem de serviço.

4.2 – A vigência do presente contrato será de 06 meses, podendo ser prorrogado.

4.2.1 - O prazo máximo para a execução dos serviços será de acordo com o cronograma da obra, 3 meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

4.3 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

**Rua Antônio de Rezende Vilela, 179 - Centro - CEP 37225-000 - Telefax.: (35)3225-1394
Site: www.camaradecachoeira.mg.gov.br - e-mail: camaracarmo2@gmail.com**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

4.3.1 - Apresentar planilha de custo dos quantitativos e especificação do material e serviço.

4.3.2 - Manter o diário de obra.

4.3.3 - Fotografar as etapas da obra com as respectivas datas inseridas nas fotografias.

4.4.4 - Retirar licença para Execução de Obra (Alvará) e efetuar Matrícula da obra junto a Receita Federal em nome da empresa licitante e apresentar o referido documento na Secretaria responsável pela obra.

4.4.5 - No término da obra requerer habite-se junto a Prefeitura Municipal e baixa junto a Receita Federal do Brasil.

5. DAS SANÇÕES

5.1 – Pela não entrega do objeto, a Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

5.1.1 – Pela inexecução parcial, a multa será de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

5.1.1.1 - Pela inexecução total, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

5.1.2 - Sujeitará ainda a contratada às penalidades de advertência, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração e à declaração de inidoneidade, conforme previsto no Artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria 01/2024 da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas em lei, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pelo Município.

5.1.3 – As sanções anteriormente previstas serão apuradas através de regular Processo Administrativo e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital e seus anexos.

6.1 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, ou participar desta licitação:

a) O Proponente que participou da elaboração do Estudo de Concepção ou de Consultoria referente ao objeto deste Edital ou da sua elaboração;

b) Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

c) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

d) Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Município de Carmo da Cachoeira, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

6.2 - As empresas interessadas em participar do presente certame deverão apresentar a documentação a seguir indicada:

6.2.1. Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

- b)* Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social), devidamente registrado, atualizados com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes;
- c)* Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d)* Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

- a)* Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e, quando se tratar de Sociedade Simples, apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 90 dias de sua emissão, quando não for expressa sua validade.
- b)* Estando em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar documentação comprovando sua aptidão financeira para a participação neste processo.
- c)* Comprovação que a licitante possui capital social integralizado líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme planilha de preço, devendo a comprovação ser feita através da certidão simplificada, da junta comercial e ainda com a apresentação do contrato social ou última alteração contratual consolidada.

6.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a)* Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ retirado na Internet no máximo 90 dias antes da data de abertura desse processo;
- b)* Cartão/comprovante de Inscrição Estadual se houver;
- c)* Cartão Inscrição Municipal ou Licença de Localização e Funcionamento (Alvará);
- d)* Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, certidão conjunta;
- e)* Prova de Regularidade com Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- f)* Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- g)* Certificado de Regularidade com FGTS;
- h)* Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas.

6.3 - Os interessados deverão comprovar, ainda, para efeito de habilitação, o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99 (declaração modelo anexo).

6.4 – Capacitação Técnico – Profissional

- a)* Comprovação de Regularidade junto ao CREA ou CAU da firma licitante e do seu responsável técnico;
- b)* Comprovação de capacidade operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- c)* Capacitação técnico-profissional com característica semelhante ao objeto desta licitação e o vínculo com



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

a empresa licitante, conforme incisos:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, nos termos do artigo 67, inciso I, da Lei 14.133/21;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do artigo 67, inciso II, da Lei 14.133/21.

6.5 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MEI E COOPERATIVAS:

6.5.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas, MEI e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 e Lei 147/2014 deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

6.5.1.1 – Os licitantes deverão indicar em documento próprio a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.5.1.1.2 - O licitante que não informar sua condição no envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

6.5.1.1.3 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

6.5.1.1.4 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 10% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.5.1.1.5 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte, MEI ou cooperativa. Nesse caso, a arrematante será convocada a apresentar os documentos de habilitação, na forma deste edital.

6.5.1.1.6 – Caso ocorra à situação de empate descrita no item 6.5.1.1.4, o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, será convocado imediatamente a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote/item.

6.5.1.1.7 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 6.5.1.1.4 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

6.5.1.1.8 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar o melhor lance, inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada vencedora, pela Comissão de Contratação que encerrará a disputa do lote na sala.

6.5.1.1.9 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

6.5.1.1.10 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

6.5.1.1.11 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte, MEI ou cooperativa, observado o previsto no item 6.5.1.1.5.

6.5.1.1.12 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte, MEI e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

6.5.1.1.13 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte, MEI e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

6.5.1.1.14 – A obtenção do benefício a que se refere o item 6.5.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DOS PRAZOS

7.1 - Na Contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

7.2 - Os prazos iniciam-se e vencem em dia de expediente na entidade promotora da licitação.

7.3 - As propostas terão obrigatoriamente de conter o prazo de sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

7.4 - Na hipótese de a entidade Promotora da licitação não solicitar o objeto licitado com a vencedora, no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas.

7.5 - Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente da entidade Promotora até o terceiro dia útil anterior à data fixada para sessão desta Concorrência, via telefone ou e-mail.

7.6 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

da Lei Federal 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, nos termos do artigo 164, da referida lei.

7.6.1 - Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

8. DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1 - As licitantes deverão apresentar suas propostas em um envelope, com identificação de sua razão social, devidamente fechado, sendo que o envelope de nº 01, da proposta de preço deverá conter a seguinte descrição

À CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO Nº 42/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

“OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL”

8.2 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública da Concorrência Presencial, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) Agente/Comissão de Contratação, a avaliar a aceitabilidade das propostas. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar atentos para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas pelos licitantes serão consideradas lances.

8.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote/item.

8.3 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Agente/Comissão de Contratação, a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes/itens da mesma licitação.

8.4 - A fase de lances será no formato **ABERTO**: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, se prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento e assim sucessivamente.

8.4.1 - O Agente de Contratação/Comissão de Contratação tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo será feito conforme explanado acima.

8.4.2 - Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados na sala de negociação.

8.5 - Assim que a etapa de lances for finalizada e se detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

45 da LC 123/2006 será iniciado desempate em favor ME/EPP/MEI/cooperativas, conforme procedimento detalhado neste Edital.

8.6 - O Agente de contratação e comissão de apoio informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 – A Comissão de Contratação /Agente de Contratação efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço global", podendo encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por item/lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento e execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

9.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, será negociada a redução do preço com o seu detentor.

9.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, será verificada a regularidade da situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei vigente. Verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas neste Edital.

9.3.3 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos.

9.3.4 - A inobservância aos prazos elencados, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito.

9.4 - Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias será examinada a proposta ou o lance subsequente, verificando a aceitabilidade de sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

9.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

9.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

9.8 – Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá elaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, nos termos do artigo 56, § 5º da Lei 14.133/21.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1 - Os documentos relativos à habilitação dos licitantes descritos neste edital itens 6.2 a 6.4 deverão ser encaminhados via envelope até a abertura da sessão pública e deverá trazer a seguinte descrição:

À CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

PROCESSO Nº 42/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

“OBRAS DE REFORMA DO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL”

10.2 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo a Comissão de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

10.3 - O prazo de validade dos documentos necessários à habilitação deverá estar em vigência na data do recebimento dos Envelopes Propostas e Habilitação, sob pena de inabilitação das concorrentes.

11. DOS RECURSOS:

11.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5 - A prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 minutos.

11.6 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.7 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.8 - Os recursos deverão ser encaminhados, presencialmente ou via e-mail, para camaracarmo2@gmail.com

11.9 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

11.10 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.11 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.12 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.14 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da municipalidade.

11.15 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

12.1 - Caberá a Autoridade Competente a adjudicação e homologação do objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 - O despacho de homologação/adjudicação será publicado no Veículo Oficial de Publicação do Município, afixado no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira e disponibilizado no portal <https://www.camaradecachoeira.mg.gov.br>.

13. DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - A empresa vencedora deverá assinar o contrato no prazo estabelecido, contados a partir da data de sua convocação.

13.1.1 - Decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas neste edital.

13.2 - Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou do seu não comparecimento para assinatura do contrato ou retirada do empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será aplicado o disposto na legislação vigente, com a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação deste edital.

13.2.1 - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

13.3 - A Contratada está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pelo Contratante até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

13.4 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e integrará o Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

13.5 - A Contratada apresentará comprovante da prestação de garantia, no prazo entre a homologação da licitação e a assinatura do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, nos termos do artigo 96, da Lei 14.133/21.

14. DO REAJUSTE:

14.1 - O preço será irrevogável dentro do prazo da proposta inicial de preço.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;

15.2 - Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde;

15.3 - Designar Servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo;

15.4 - Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega do objeto desta licitação;

15.5 - Efetuar o (s) pagamento (s) à Contratada;

15.6 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1 - Executar o contrato, conforme especificações e demais disposições do Projeto Básico, do edital e nas condições contidas em sua proposta;

16.2 - Executar os serviços nos locais determinados e dentro dos prazos de execução estabelecidos;

16.3 - Prestar assistência técnica na forma e prazos definidos se for o caso;

16.4 - Cumprir a garantia se for o caso;

16.5 - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho;

16.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, as mesmas condições de habilitação;

16.7 - Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, apresentando-a a Contratante para ateste e pagamento.

17. ENTREGA E RECEBIMENTO DA OBRA:

17.1 - A obra, objeto desta licitação deverá ser executada no prazo previsto em seu cronograma, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento feita pela Câmara Municipal, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos;

17.2 - O recebimento será efetuado por comissão ou servidor designado para este fim pela secretaria responsável, que poderão solicitar junto ao licitante a correção de eventuais falhas ou irregularidades que

**Rua Antônio de Rezende Vilela, 179 - Centro - CEP 37225-000 - Telefax.: (35)3225-1394
Site: www.camaradecachoeira.mg.gov.br - e-mail: camaracarmo2@gmail.com**



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

forem verificadas na entrega, no prazo máximo de 5 dias, contados a partir do recebimento, sem ônus para o município;

17.3 – O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

18. DO PAGAMENTO:

18.1 - Os pagamentos serão efetuados após as medições dos serviços executados pela contratada e aceitos pela engenheira responsável, após a liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo (s) licitante (s) vencedor (es), no prazo de até 10 (dez) dias contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento. A contratante somente pagará a contratada pelos serviços que realmente forem pedidos e executados;

18.2 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e ICMS da Fazenda Estadual do domicílio do contratado;

18.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

18.4 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo será contado a partir da nova apresentação;

18.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

18.6 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE;

18.7 – Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira, com recursos próprios.

19 – DA GESTÃO DO CONTRATO:

19.1 - A gestão do contrato será de responsabilidade da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira.

20 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

20.1 - A fiscalização técnica do objeto contratado será exercida obrigatoriamente pelo engenheiro civil da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira, sendo, para tanto, efetuada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA MG).

20.2 - Poderão ser designados outros servidores, mediante portaria ou por designação no instrumento contratual, para acompanhar a execução do contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

21.2 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

21.3 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

21.4 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação;

21.5 - Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira;

21.6 - É facultado a Comissão de Contratação/Agente de Contratação, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

21.7 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

21.8 - As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

21.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município;

21.10 - A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste edital;

21.11 - Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos, comunicando devidamente aos licitantes;

21.12 - Os casos omissos serão decididos em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citadas no preâmbulo deste edital;

21.13 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Varginha;

21.14 - A Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira cumpre as normas de proteção de dados pessoais, conforme Lei Federal 13.709/2018;

21.15 - Constitui parte integrante deste edital:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

- 21.15.1* - Anexo I – Modelo de Proposta de preço;
- 21.15.2* – Anexo II – Declarações;
- 21.15.3* – Anexo III – Declaração de Visita Prévia;
- 21.15.4* – Anexo IV – Termo de Referência/Projeto Básico.

Carmo da Cachoeira, 09 de agosto de 2024

Luiz Henrique Reis Galvão

Presidente da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ANEXO I DESCRIÇÃO DA OBRA

Julgamento valor global (intervalo mínimo de lance: R\$ 100,00)

| <i>ITEM</i> | <i>DESCRIÇÃO</i> | <i>VALOR TOTAL ACEITÁVEL (R\$)</i> |
|-------------|---|--|
| 01 | Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira | R\$ 238.002,81 |

Obrigações da Licitante vencedora:

Elaborar Proposta, Planilha de Preço (em PDF e Excel), Cronograma Físico Financeiro e BDI, readequados ao último preço ofertado. Na proposta readequada deverá constar a modalidade de garantia, conforme artigo 96 da Lei 14.133/2021.

O licitante vencedor deverá elaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com - indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora. Artigo 56 § 5º da Lei 14.133/2021.

Local, data

Assinatura



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ANEXO II

DAS DECLARAÇÕES – CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 01/2024

I - Declaro, sob as penas da Lei que em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República e artigo 68, VI, da Lei 14.133/2021, não possuímos em nossos quadros trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

II - Declaro, integral conhecimento e estar de acordo com todos os termos do Edital de Licitação, seus anexos, cumpro plenamente os requisitos de habilitação e nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos, para atendimento trabalhista, previstos nas legislações vigentes.

Declaro, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente.

III – Declaro, () Não temos mais de 100 funcionários. () Temos mais de 100 funcionários e temos reserva de cargos para deficiente e reabilitado da previdência social. Lei 8.213/1991.

IV – Declaro, não possuir em meu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira que impossibilite a participação nesta Concorrência.

V - Declaro, ser () **MEI** () **ME** () **EPP** () **Cooperativa**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos conheço na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e documentação exigidas no edital na assinatura do contrato.

Local, data

Assinatura

Apresentar junto com a documentação



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ANEXO III

DECLARAÇÃO FORMAL DE CONHECIMENTO E VISTORIA PRÉVIA

Processo Licitatório nº 42/2024.

Concorrência Presencial nº 02/2024.

A empresa, CNPJ, neste ato representada pelo Sr.(a)....., CPF....., CREA/CAU Nº, declara na forma da Lei, que **(Realizou) (Não realizou)** a vistoria prévia e que tomou conhecimento de todas as peculiaridades do local e dos serviços relacionados a presente licitação, e, que executará a obra em conformidade com os termos do edital e seus anexos. Artigo 62 §3º Lei 14.133/2021

Local, data.

Assinatura do responsável técnico da licitante



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ANEXO IV

PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

“REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA”

1- Unidade Requisitante e Dotação Orçamentária

1.1 Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira

1.2 Origem do recurso: Recurso Próprio. Dotação: 0101.00.4490.51.00.01.031.0001-3.19 Reduzido: 9

Total Estimado: R\$ 238.002,81(duzentos e trinta e oito mil e dois reais e noventa e oitenta e um centavos).

2 - Responsável pela Emissão do Termo de Referência/Projeto Básico

2.1 – Ana Paula Severiano – Comissão de Apoio.

3 – Objeto

3.1 - Constitui o objeto da presente licitação, a contratação de empresa para obras e serviços de engenharia para reforma da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira, nos termos da Lei 14.133, 1º de abril de 2021.

3.2 - A empresa contratada deverá fornecer mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços contratados, em conformidade com as exigências do edital.

3.3 - Trata-se de reforma a ser contratada mediante licitação, na modalidade concorrência nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

4 – Justificativa da Contratação

4.1 - A Câmara Municipal tem problemas com o fluxo de visitantes, tendo em vista que a porta onde se concentram os servidores é uma lateral e não principal, confundindo os visitantes. A nova estagiária não possui local fixo de trabalho. Será instalado um Ponto de Atendimento Pré-processual (PAPRE) e é necessário que haja um local específico. O servidor da Câmara fica na sala de um dos servidores, causando incômodos. Falta a instalação de ar-condicionado o que causa desconforto térmico a todos os presentes no local durante o verão. O piso da câmara é muito velho, estilo “cimento queimado”, não sendo visualmente adequado para uma casa de leis, além de demandar constante enceramento. Os servidores estão muito dispersos pelo prédio, dificultando comunicação dos mesmos. Só existem duas impressoras a laser que ficam em salas separadas na Câmara o que gera gastos maiores com impressões com impressoras jato de tinta. Muitos locais estão com a tinta manchada e necessitando de nova demão. A rede interna e elétrica passa com fios. Com isso, foi contratado arquiteto para organizar o espaço de forma adequada que demonstrou a necessidade de reforma. Os aparelhos de ar-condicionado do plenário não estão controlando a temperatura adequadamente. O computador do plenário tem conexão por fio que passa pelo chão. A nova sala de reuniões



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

não possui maquinário de ar-condicionado.

5 - Critérios de Aceitação do Objeto

5.1 – Apenas será aceito serviço compatível com o cronograma físico-financeiro, projeto executivo e memorial descritivo, devidamente comprovado pelo engenheiro civil da Câmara Municipal e pela equipe de fiscalização e recebimento de obras.

5.2 - Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados após a execução/entrega da obra deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela contratada, livre de quaisquer ônus financeiro para o contratante.

5.3 - Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da contratada as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

5.4 - Será adjudicada vencedora a empresa que apresentar oferta com o menor preço global com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme documentos anexos.

6 - Condições de Habilitação:

6.1 - Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.2 - Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e, quando se tratar de Sociedade Simples, apresentar Certidão Negativa dos Distribuidores Cíveis, com data não superior a 90 dias de sua emissão, quando não for expresso sua validade.
- b) Estando em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar documentação comprovando sua aptidão financeira para a participação neste processo.
- c) Comprovação que a licitante possui capital social integralizado líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme planilha de preço, devendo a comprovação ser feita através da certidão simplificada, da junta comercial e ainda com a apresentação do contrato social ou última alteração



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

contratual consolidada.

6.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ retirado na Internet no máximo 90 dias antes da data de abertura desse processo;
- b) Cartão de Inscrição Estadual se houver;
- c) Cartão de Inscrição municipal ou licença de funcionamento (alvará).
- d) Prova de Regularidade com a fazenda federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária;
- e) Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de Regularidade Fiscal com Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- g) Prova de Regularidade Fiscal junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- h) Prova de Regularidade Fiscal Trabalhista.

6.3.1 - Os interessados deverão comprovar, ainda, para efeito de habilitação, o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99 (anexo II).

6.4 - Da Capacitação Técnica Profissional:

- I) Comprovação de Regularidade junto ao CREA ou CAU da firma licitante e do seu responsável técnico.
- II) Comprovação de capacidade operacional da licitante para desempenho de atividade pertinente, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- III) Capacitação técnico-profissional com característica semelhante ao objeto desta licitação e o vínculo com a empresa licitante.

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação; 14.133/2021.

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei; 14.133/2021.

7 - Condições de Recebimento da Obra

7.1 - A obra licitada, após seu término, será recebida e conferida pela engenheira da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira e seu recebimento será feito em duas etapas, na seguinte ordem:

1ª Etapa - Recebimento Provisório: Será averiguada apenas a execução e a conformidade dos serviços com o discriminado na Nota Fiscal/contrato e eventualmente apontar as irregularidades observadas;

2ª Etapa - Recebimento Definitivo: Serão verificadas a qualidade, e a especificação dos serviços entregues, em conformidade com o exigido no edital de licitação e no projeto básico com a proposta de preço da



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

licitante vencedora.

7.2 - Será recebida apenas a obra que esteja de acordo com a solicitação, devendo ser observadas todas as exigências e especificações.

7.3 – A comissão de recebimento terá um prazo de 15 dias úteis, para receber ou rejeitar a obra licitada.

8 - Prazo de Entrega/Execução

8.1 - O prazo para a conclusão da obra será de 3 meses de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro anexo a documentação de engenharia do projeto. A entrega deverá acompanhar a apresentação dos documentos que formalizam a conclusão da obra, como relatórios de execução, boletim de medição e demais documentos relativos a obra.

8.2 - A participação na licitação implica na concordância da licitante com a adequação dos estudos preliminares e deste Projeto Básico, bem como demais anexos ao edital.

8.3 - A obra contratada consiste na execução dos projetos em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo e demais anexos do edital da licitação.

9– Do Regime De Execução

9.1 - A obra será executada em regime de empreitada global, conforme projeto.

10 – Do Pagamento

10.1 - Os pagamentos serão efetuados após as medições dos serviços executados pela contratada e aceitos pela engenheira responsável, após a liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor (es), no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento. A contratante somente pagará a contratada pelos serviços que realmente forem pedidos e executados.

10.2 – Para efeito de pagamento a firma vencedora deverá apresentar as certidões exigidas no edital atualizadas, juntamente com a folha de pagamento dos empregados e GFIP, e, comprovante da prestação da garantia prevista neste edital.

11 - Obrigações da Contratada e Contratante

11.1 - Incumbe à Contratante:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;

II - Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde;

III - Designar Servidor ou Comissão para proceder aos recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado, ou rejeitá-lo;

IV - Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega do objeto desta licitação;

Rua Antônio de Rezende Vilela, 179 - Centro - CEP 37225-000 - Telefax.: (35)3225-1394
Site: www.camaradecachoeira.mg.gov.br - e-mail: camaracarmo2@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

V - Efetuar o (s) pagamento (s) à Contratada;

VI - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

11.2 - Incumbe à (s) Contratada (s):

I - Executar o contrato, conforme especificações e demais disposições deste Projeto Básico e do edital e nas condições contidas em sua proposta;

II – Executar os serviços nos locais determinados e dentro dos prazos de execução estabelecidos;

III - prestar assistência técnica na forma e prazos definidos se for o caso;

IV - Cumprir a garantia se for o caso;

V - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho;

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, as mesmas condições da habilitação;

VII - Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, formalizado por meio de Nota de Empenho, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento;

11.3 - O contrato será gerenciado pelo Fiscal do Contrato e acompanhado pelo Setor de Obras e pela Procuradoria deste município.

12 – Da Vigência do contrato:

A vigência do contrato será de 6 (seis) meses.

13 – Da Gestão Do Contrato

13.1 - A gestão do contrato será de responsabilidade da gestora de contratos em conjunto com a engenheira responsável.

14 – Da Fiscalização Do Contrato

14.1 - A fiscalização técnica do objeto contratado será exercida obrigatoriamente pelo engenheiro civil do município, sendo, para tanto, efetuada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de fiscalização no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA MG).

14.2 - Poderão ser designados outros servidores, mediante portaria ou por designação no instrumento contratual, para acompanhar a execução do contrato.

15. Da garantia de execução

15.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

15.2 - No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no caso de apresentação de seguro-garantia a CONTRATADA terá o prazo de 01 (um) mês para apresentar a apólice, nos termos do artigo 96, § 3º da Lei 14.133/21.

15.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.4 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 138 da Lei nº 14.133/21.

15.5 - A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.5.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.5.2 - Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.6 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e

15.6.1 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, eventualmente não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

15.7 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.8 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta bancária específica em instituição financeira oficial, previamente informada.

15.9 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

15.10 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.11 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.12 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.13 - A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.14 - Será considerada extinta a garantia:

15.14.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.14.2 - No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistro.

15.14.3 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

15.14.4 - A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste contrato.

16 - Sanções Administrativas:

16.1 - Pelo não cumprimento das obrigações assumidas a Administração poderá aplicar as seguintes penalidades sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas e também dos danos causados.

16.1.1 - Multa de 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento das obrigações contratadas.

16.1.2 - Suspensão de participar de licitação junto a esta Câmara, por prazo não superior a dois anos.

16.1.3 – Outras sanções previstas no Edital Licitatório e Instrumento de Contrato.

Luiz Henrique Reis Galvão

Presidente da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

MINUTA DO CONTRATO N°/2024

"Contrato de Empreitada por preço global com firma especializada em obras e serviços de engenharia, para reforma do Prédio da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira"

A **Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira**, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.904.104/0001-44, com sede à Rua Antônio Rezende Vilela, 179, Centro, neste ato representado por seu presidente, Sr. **Luiz Henrique Reis Galvão**, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____ com sede _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ n° _____, inscrição estadual n° _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada, neste ato, por _____, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato com fundamento na Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações, autorizado pela adjudicação e homologação da autoridade competente, ato integrante do Processo Licitatório 42/2024, Concorrência 02/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui o objeto deste contrato, a contratação de empresa para obras e serviços de engenharia para Reforma do Prédio Administrativo da Câmara Municipal de Carmo da Cachoeira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

São encargos da **Contratada**:

2.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços desta licitação, ficando a **CONTRATANTE** isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

2.2. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como FGTS e INSS.

2.3. A **CONTRATADA** somente poderá subempreitar a execução das obras e serviços com a prévia concordância da **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a **CONTRATANTE**, pelas obras, serviços ou instalações executadas pelos subempreiteiros e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a eles imputáveis.

2.4. Incumbência de proceder, imediatas e pertinentes, retificações, referentes a incoerências, quaisquer erros, omissões ou irregularidades nos serviços;

2.5. Obrigatoriedade de promover a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

2.6. Assumir integral responsabilidade pela execução de todos os serviços respondendo pela perfeição,
Rua Antônio de Rezende Vilela, 179 - Centro - CEP 37225-000 - Telefax.: (35)3225-1394
Site: www.camaradecachoeira.mg.gov.br - e-mail: camaracarmo2@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

segurança e padrões técnicos nos termos do Código Civil Brasileiro e ainda pela observância de leis, posturas e regulamentos;

2.7. Executar o objeto do presente contrato com pessoas idôneas, contratadas de acordo com a legislação trabalhista vigente e com experiência e capacidade técnicas comprovadas;

2.8. Assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou falhas que seus empregados venham a cometer no desempenho de suas tarefas, obrigando-se, outrossim, a indenizar o Município de Carmo da Cachoeira por esses danos e prejuízos que eventualmente ocasionar.

2.9. A contratada responderá pelos materiais utilizados na obra e execução pelo prazo irredutível de cinco anos, e pela solidez e segurança do trabalho, em consonância com artigo 618, do Código Civil de 2002.

2.10 - A CONTRATADA ainda se obriga a:

a) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

b) notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;

c) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;

d) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;

e) manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;

f) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato na Receita Federal, que deverá ser apresentado na Procuradoria quando do pagamento da primeira parcela do avençado no presente contrato;

g) não manter em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

h) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.

São encargos da **Contratante**:

2.11. Comunicar imediatamente à **CONTRATADA** qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato.

2.12. Supervisionar a execução do contrato.

2.13. Efetuar o pagamento no devido prazo fixado na cláusula terceira deste Contrato.

2.14. Providenciar após a assinatura do presente contrato, a publicação do resumo do mesmo no prazo da Lei

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PRAZO DE PAGAMENTO

3.1. O preço global para a execução do objeto deste Contrato, a preço fixo e sem direito a reajuste dos preços



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

unitários, é de R\$, daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

3.2. Os pagamentos serão efetuados após as medições dos serviços executados pela contratada e apurado pela Secretaria solicitante, na tesouraria do município.

3.3. Para a efetivação do pagamento a firma vencedora deverá apresentar as certidões exigidas no edital atualizadas, juntamente com a folha de pagamento dos empregados e GFIP, ficando terminantemente proibido o pagamento sem a apresentação das referidas guias.

3.4. Em caso da não apresentação da garantia prevista na legislação vigente elencada na cláusula oitava, no ato da assinatura do contrato, o primeiro pagamento só será efetuado após a apresentação da garantia prevista no artigo 96 e §§ da Lei 14.133/21 em uma de suas modalidades.

3.5. - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ's, de concessionárias, filiais ou de representantes comerciais;

3.6. – Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.6.1. Nota fiscal/fatura com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação, número do contrato de empreitada, observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo engenheiro fiscal;

3.6.2. Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GRPS do mês de execução do serviço, devidamente quitada, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra, e cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do último recolhimento devido, devidamente quitado, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para obra;

3.6.3 - A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

- a) Da ART ou do RRT pela CONTRATADA;
- b) Da quitação junto ao INSS, através de matrícula e CND;
- c) Da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;

3.6.4 - A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

- a) Da certidão negativa de débitos, junto a Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- b) Do Termo de Recebimento Provisório;
- c) De comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água, energia elétrica, etc.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

4.2. A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) Inspeccionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

4.3. A contratada poderá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

4.4. A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

4.5. A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

4.6. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não reveladas até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

4.7. Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

4.8. A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.9. A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro. A finalidade é revisar o cronograma dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.

4.10. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva, após o seu recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. A despesa do presente contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária consignadas no orçamento do presente exercício:

0101.00.4490.51.00.01.031.0001-3.19 Reduzido: 9



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE MOBILIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O prazo para mobilização e início efetivo dos serviços, com todos os equipamentos necessários a serem colocados na obra é de 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais.

6.2 – O prazo para a conclusão dos serviços licitados será conforme cada cronograma físico financeiro, não podendo ser prorrogado além do que permite a Lei 14.133/21, artigo 113.

6.3 - Somente será admitida alteração do prazo quando:

- a) houver alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) houver alteração de quantidades, obedecidos aos limites fixados neste Contrato, por atos do CONTRATANTE;
- c) houver atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) por atos do CONTRATANTE que interfiram no prazo de execução;
- e) atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo CONTRATANTE;
- f) por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, desde que tenham influência direta sobre o fornecimento do objeto contratado;
- g) outros casos previstos em lei.

6.4 - Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou suspensão do Contrato cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como decorrentes de força maior.

6.5. - Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução dos serviços, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

6.6. - O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de mora na execução do contrato ou inadimplemento, a Administração poderá garantir a ampla e prévia defesa, aplicar as sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/21, com as multas dimensionadas nos termos dos itens seguintes:

I - Pela inexecução parcial, a multa será de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

II - Pela inexecução total, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§1º A aplicação das multas e penalidades acima previstas, não excluem qualquer outra sanção legal aplicável ao descumprimento deste instrumento de contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

§2º A multa será aplicada sobre o valor do Contrato e será descontada de sua garantia. Se a multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1. Será prestada pela CONTRATADA, conforme informado no edital que vincula o presente contrato, **GARANTIA** para execução dos serviços contratados no percentual de 5% (Cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/21.

8.2. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

8.3. Se ocorrer majoração do valor contratual o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

8.4. A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratual e o termo de recebimento definitivo;
- b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- c) comprovantes nos casos previstos de ligações definitivas de água, esgoto e/ou energia elétrica.

8.5. Nos casos previstos de Rescisão do Contrato, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

CLÁUSULA NONA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

9.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer (em) na obra, em até 25 % (vinte e cinco por cento) do preço inicial atualizado do Contrato.

9.2. A supressão de serviços, resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

9.3. Se no Contrato não houver sido contemplado os preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

10.1. Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

10.2. Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como “similar” a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

11.1. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPI's.

11.2. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

11.3. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 28 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

11.4. Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

11.5. O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

11.6. Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo até 15 (quinze) dias após a comunicação da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

13.2. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

13.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

14.2. Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

14.3. Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre o CONTRATANTE e o subcontratado.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, nos termos do artigo 122, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. Este Contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente nos casos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei 14.133/21, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

15.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na lei ou regulamento.

15.3. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer das partes, mediante interpelação judicial ou extrajudicial ou notificação, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, nas seguintes hipóteses:

- a) Que infringir, no todo ou em parte, qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento;
- b) Outra causa não prevista acima que torne o cumprimento das obrigações aqui assumidas impossível pelas partes e seja comum a vontade de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16.1. O presente contrato vigorará por 6 meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme artigo 113 da Lei 14.133/21.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a
Rua Antônio de Rezende Vilela, 179 - Centro - CEP 37225-000 - Telefax.: (35)3225-1394
Site: www.camaradecachoeira.mg.gov.br - e-mail: camaracarmo2@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA

Estado de Minas Gerais

ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.8. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.8.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Varginha, MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas ao presente contrato.

E por assim estarem contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de legal teor e forma, para fins de direito e de justiça, na presença das testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Carmo da Cachoeira, ___ de _____ de 2024.

Luiz Henrique Reis Galvão
Presidente da Câmara

Responsável pela Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: